

MINUTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA – QUADRO COMPARATIVO

TEXTO ANTERIOR	TEXTO PÓS CONTRIBUIÇÕES
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</p> <p>Art. 1º A presente Instrução Normativa - IN regulamenta a Resolução Normativa - RN nº xxxx, de xxx de XXXX de 2016 (RN do Monitoramento do Risco Assistencial), para dispor sobre a aplicação de medidas administrativas em decorrência dos resultados obtidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde no Monitoramento do Risco Assistencial e no Acompanhamento e Avaliação da Garantia de Atendimento.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</p> <p>Art. 1º A presente Instrução Normativa - IN regulamenta a Resolução Normativa - RN nº xxxx, de xxx de xxxx de 2016, para dispor sobre a aplicação das medidas administrativas de regularização do risco assistencial decorrente da avaliação das operadoras de planos de assistência à saúde no Monitoramento do Risco Assistencial.</p> <p>Parágrafo único. As medidas administrativas previstas na presente Instrução Normativa serão aplicadas sem prejuízo às disposições da Instrução Normativa – IN nº 48, de 10 de setembro de 2015, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO e suas alterações posteriores</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DECORRENTES DOS RESULTADOS DO MONITORAMENTO DO RISCO ASSISTENCIAL E DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA GARANTIA DO ATENDIMENTO Seção I Da Divulgação dos Resultados e dos Questionamentos no Monitoramento do Risco Assistencial</p> <p>Art. 4º Os resultados preliminares da avaliação da operadora de planos privados de assistência à saúde no Monitoramento do Risco Assistencial serão previamente disponibilizados pela ANS somente para a própria operadora de planos privados de assistência à saúde, no endereço eletrônico da ANS na Internet, que deverá ser acessado por meio de senha, nos termos do art. 9º da Resolução Normativa - RN nº XX, de xx de xxxxxxx de xxxx (RN do Monitoramento).</p> <p>Parágrafo único. As regras, as informações e o sistema de troca de arquivos entre a ANS e as operadoras sobre o processo de questionamento encontram-se disponíveis no endereço eletrônico da ANS na Internet.</p>	<p>- X -</p>

<p style="text-align: center;">Seção II</p> <p style="text-align: center;">Das Medidas Administrativas Decorrentes da Classificação das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde no Monitoramento do Risco Assistencial e no Acompanhamento e Avaliação da Garantia de Atendimento</p> <p>Art. 5º As medidas administrativas de que trata esta Instrução Normativa consideram conjuntamente as classificações obtidas pela operadora de planos privados de assistência à saúde no Monitoramento do Risco Assistencial e no Acompanhamento e Avaliação da Garantia de Atendimento, e serão aplicadas sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis:</p> <p>I – celebração do Termo de Adequação;</p> <p>II – oferecimento do Plano de Recuperação Assistencial, nos termos da regulação em vigor; e</p> <p>III – instauração do regime especial de Direção Técnica, nos termos da regulação em vigor.</p>	<p style="text-align: center;">. CAPÍTULO II</p> <p style="text-align: center;">DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE REGULARIZAÇÃO DO RISCO ASSISTENCIAL</p> <p>Art. 2º A partir da classificação obtida pela operadora de planos de assistência à saúde no Monitoramento do Risco Assistencial, a ANS poderá adotar as seguintes medidas administrativas, dentre outras menos gravosas:</p> <p>I – reunião ou visita técnico-assistencial;</p> <p>II – suspensão da comercialização de parte ou de todos os produtos da operadora;</p> <p>III – oferecimento de Plano de Recuperação Assistencial;</p> <p>IV – cancelamento da autorização de funcionamento ou do registro provisório da operadora, na forma do art. 19 da RN nº 316, de 30 de novembro 2012; ou</p> <p>V – medidas previstas no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1999.</p>
<p>Art. 6º A aplicação das medidas administrativas descritas no art. 5º será trimestral, considerando os períodos de análise estabelecidos no art. 2º da Resolução Normativa nº xx de xxxxx de xxxx (RN do Monitoramento do Risco Assistencial).</p>	<p>Art. 3º A aplicação das medidas administrativas de que trata o artigo anterior terá periodicidade trimestral, considerados os seguintes trimestres:</p> <p>I - 1º trimestre: 01 de janeiro a 31 de março;</p> <p>II - 2º trimestre: 01 de abril a 30 de junho;</p> <p>III - 3º trimestre: 01 de julho a 30 de setembro; e</p> <p>IV - 4º trimestre: 01 de outubro a 31 de dezembro.</p> <p>Parágrafo único. A definição da medida administrativa tomará por base os resultados alcançados pela operadora até os três últimos trimestres de avaliação, conforme critérios descritos nesta Instrução Normativa.</p>
<p>Art. 7º O Anexo desta Instrução Normativa apresenta a Matriz de Cruzamento dos Resultados do Monitoramento do Risco Assistencial e do Acompanhamento e Avaliação da Garantia de Atendimento, com a síntese dos critérios para aplicação das medidas administrativas descritas no art. 5º.</p>	<p style="text-align: center;">- x -</p>
<p style="text-align: center;">- x -</p>	<p>Art. 4º A operadora será classificada em uma das seguintes faixas, observados os arts. 6º e 7º da RN nº xx, de xxxxx de xxxx:</p>

	<p>I – faixa 1: nota final maior ou igual a 0,7 e menor ou igual a 1;</p> <p>II – faixa 2: nota final maior ou igual a 0,35 e menor do que 0,7; e</p> <p>III – faixa 3: nota final maior ou igual a zero e menor do que 0,35.</p> <p>Parágrafo único. Será classificada como faixa indeterminada a operadora que, até a data da coleta, não tiver enviado à ANS as informações necessárias à apuração dos indicadores do mapeamento do risco assistencial no trimestre de avaliação.</p>
- x -	Art. 5º As faixas do acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento são as definidas no art. 10 da IN nº 48, de 2015.
<p>Seção III</p> <p>Das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde Classificadas nas Faixas 1 ou 2 do Monitoramento do Risco Assistencial e nas Faixas 0, 1 ou 2 no Acompanhamento e Avaliação da Garantia de Atendimento</p> <p>Art. 8º A operadora de planos privados de assistência à saúde classificada nas Faixas 1 ou 2 do Monitoramento do Risco Assistencial e nas Faixas 0, 1 ou 2 do Acompanhamento e Avaliação da Garantia de Atendimento será acompanhada pela Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos – DIPRO , por meio dos resultados obtidos nos processamentos posteriores do Monitoramento do Risco Assistencial e do Acompanhamento e Avaliação da Garantia de Atendimento , sem prejuízo de outras medidas administrativas previstas na regulamentação em vigor.</p> <p>§1º A operadora que não preencher os critérios de elegibilidade ao Monitoramento do Risco Assistencial, conforme disposto no art. 3º da Resolução Normativa nº xx de xxxxxx de xxxx (RN do Monitoramento do Risco Assistencial), e não tiver seu resultado calculado, continuará sujeita às medidas administrativas decorrentes do Acompanhamento e Avaliação da Garantia de Atendimento, conforme disposto no art. 16, da Instrução Normativa - IN nº 48, de 10 de setembro de 2015, da Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos</p> <p>§2º A operadora que preencher os critérios de elegibilidade ao Monitoramento do Risco</p>	<p>Art. 6º Permanecerá acompanhada pela DIPRO a operadora classificada:</p> <p>I – nas faixas 0, 1 ou 2 do acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento; e</p> <p>II – nas faixas 1 ou 2 do mapeamento do risco assistencial.</p>

<p>Assistencial, conforme disposto no art. 3º da Resolução Normativa nº xx de xxxxxx de xxxx (RN do Monitoramento do Risco Assistencial) e for classificada nas Faixas 1 ou 2 do Monitoramento do Risco Assistencial, mas não for elegível ao Acompanhamento e Avaliação da Garantia de Atendimento, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa - IN nº 48, de 10 de setembro de 2015, da Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos, estará sujeita ao acompanhamento descrito no caput.</p>	
<p style="text-align: center;">Seção IV</p> <p style="text-align: center;">Das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde Classificadas na Faixa 3 do Monitoramento do Risco Assistencial ou na Faixa 3 do Acompanhamento e Avaliação da Garantia de Atendimento</p> <p>Art. 9º A operadora de planos privados de assistência à saúde classificada na Faixa 3 do Monitoramento do Risco Assistencial ou na Faixa 3 do Acompanhamento e Avaliação da Garantia de Atendimento ou, ainda, em ambas as faixas, pela primeira vez ou pela segunda vez consecutiva, receberá uma notificação.</p> <p>Parágrafo único. A notificação de que trata o caput terá o objetivo de alertar a operadora de que a permanência na Faixa 3 nos processamentos subsequentes do Monitoramento do Risco Assistencial ou do Acompanhamento e Avaliação da Garantia de Atendimento poderá ensejar a aplicação de medidas administrativas previstas no art. 5º da presente Instrução Normativa.</p>	<p>Art. 7º Serão consideradas as classificações obtidas nos dois trimestres imediatamente anteriores ao de avaliação a operadora classificada:</p> <p>I - na faixa 3 do acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento; ou</p> <p>II - nas faixas 3 ou indeterminada do mapeamento do risco assistencial.</p>
<p>Art. 10 A operadora de planos privados de assistência à saúde classificada, por três vezes consecutivas, na Faixa 3 do Monitoramento do Risco Assistencial ou na Faixa 3 do Acompanhamento e Avaliação da Garantia de Atendimento ou, ainda, em ambas, estará sujeita ao Plano de Recuperação Assistencial ou à instauração do regime especial de Direção Técnica, na forma da regulamentação específica em vigor.</p>	<p>Art. 8º Serão encaminhadas para análise de adoção de medidas administrativas de regularização do risco assistencial, as operadoras que se enquadrarem nas seguintes classificações:</p> <p>I – na faixa 3 do acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento nos três últimos trimestres de avaliação, independentemente do resultado obtido no mapeamento do risco assistencial; ou</p> <p>II – nas faixas 3 ou indeterminada, bem como na sua combinação, do mapeamento do risco assistencial nos três últimos trimestres de avaliação, independentemente do resultado obtido no acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento.</p>
<p style="text-align: center;">Seção V</p> <p style="text-align: center;">Das Operadoras classificadas na Faixa Indeterminada no Monitoramento do Risco</p>	<p style="text-align: center;">- X -</p>

<p style="text-align: center;">Assistencial</p> <p>Art. 11 A operadora de planos privados de assistência à saúde que, até a data da coleta de que trata o inciso IV, do art. 1º da Resolução Normativa nº xx de xxxxxx de xxxx (RN DO MONITORAMENTO), não enviar as informações devidas aos seguintes sistemas de informação: Sistema de Informações de Produtos (SIP/ANS), Sistema de Informações de Beneficiários (SIB/ANS) e Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos Privados de Saúde (DIOPS/ANS) será classificada na Faixa Indeterminada no Monitoramento do Risco Assistencial, tendo em vista a impossibilidade de acompanhamento e avaliação da assistência à saúde prestada a seus beneficiários.</p> <p>Parágrafo único. A operadora de planos privados de assistência à saúde que não tiver enviado as informações periódicas à ANS, nos termos do caput, será notificada de que a reiteração da conduta ensejará a convocação para firmar o Termo de Adequação, sem prejuízo das sanções previstas na regulamentação em vigor.</p>	
<p>Art. 12 O Termo de Adequação é um instrumento através do qual a operadora de planos privados de assistência à saúde se compromete a enviar de forma oportuna as informações necessárias para sua avaliação nos quatro períodos de análise subsequentes do Monitoramento do Risco Assistencial.</p> <p>§1º O Termo de Adequação será encaminhado por ofício às operadoras de que trata o art.12.</p> <p>§2º O Termo de Adequação deverá ser subscrito pelo representante legal constituído da operadora de planos privados de assistência à saúde, ou por mandatário, hipótese em que será obrigatória a apresentação do correspondente instrumento de mandato, e enviado à Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO em um prazo de 15 dias a contar da data de recebimento na operadora.</p>	- X -
<p>Art. 13 A operadora de planos privados de assistência à saúde que não firmar o Termo de Adequação estará sujeita à aplicação das medidas previstas no Art. 24 da Lei nº 9656, de 03 de junho de 1998, ficando afastada a possibilidade de oferecimento do Plano de Recuperação Assistencial.</p>	- X -
<p>Art. 14 A operadora de planos privados de</p>	- X -

assistência à saúde que descumprir o Termo de Adequação firmado estará sujeita à aplicação das medidas previstas no Art. 24 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, ficando afastada a possibilidade de oferecimento do Plano de Recuperação Assistencial	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</p> <p>Art. 15 A adoção das medidas administrativas mencionadas nesta Instrução Normativa ocorrerá sem prejuízo das eventuais penalidades estabelecidas na legislação e na regulamentação aplicáveis para cada caso.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</p> <p>Art. 9º A execução das medidas administrativas de regularização assistencial de que trata esta Instrução Normativa serão estabelecidas em plano periódico de monitoramento do risco assistencial, que levará em consideração as linhas de ação e capacidade operacional da DIPRO para definição dos critérios de prioridade.</p>
Art. 16 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 10. A qualquer tempo, a ANS poderá adotar, a critério da DIPRO, as medidas administrativas previstas nesta Instrução Normativa, quando constatada a ocorrência de risco assistencial iminente na operadora.
	Art. 11. A adoção das medidas administrativas mencionadas nesta Instrução Normativa ocorrerá sem prejuízo da apuração de eventuais indícios de infração às normas aplicáveis à saúde suplementar, na forma de resolução específica.
	Art. 12. A ANS poderá se valer de critérios decorrentes de sua discricionariedade técnica para adotar outras medidas cautelares ou menos gravosas dos que as previstas nesta Instrução Normativa.
	Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.